

Agenda do Congresso Nacional: 7 a 11 de outubro de 2024

07.10.2024 4 minutos de leitura

Autores

André Macedo de Oliveira

Giovani Menicucci

Este conteúdo é parte do Informativo **BMA no Congresso**. Semanalmente, montamos a agenda da Câmara dos Deputados e do Senado Federal com os principais eventos do **Congresso Nacional**. Nosso time de **Relações Governamentais** está à disposição caso necessite de mais informações.

Áreas relacionadas

Relações Governamentais

Assuntos

Informativos Agenda do

Congresso Nacional Relações

Governamentais

TERÇA-FEIRA

14h

- **Comissão de Assuntos Econômicos**, para debater os impactos da Reforma Tributária no "Imposto Seletivo".

SENADO FEDERAL

14h30

- **Comissão de Indústria, Comércio e Serviços**, para deliberar sobre o **PL 2485/2023**, que "altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) para dispor sobre a subcapitalização de pessoas jurídicas", e o **PL 874/2024**, que "altera o artigo 50 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para admitir, entre os meios de recuperação judicial, a concessão de prazos e condições específicas para o pagamento de obrigações devidas a credores que não informarem seus respectivos dados bancários".

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- **CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas**, para apreciação de requerimentos e realização de oitivas (William Rogatto e Dayana Feitosa).

SENADO FEDERAL

- **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**, para deliberar sobre a **PEC 8/2021**, que "altera a Constituição Federal para dispor sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de medidas cautelares nos tribunais", a **PEC 28/2024**, que "acrescenta o art. 97-A e §§4º e 5º da Constituição Federal de 1988, para estabelecer o julgamento de referendo de liminares pelo colegiado de Tribunal, bem como criar hipótese de sustação de decisão do Supremo Tribunal Federal", o **PL 4754/2016**, que "altera a redação do art. 39 da lei 1.079, de 10 de abril de 1950", e o **PL 658/2022**, que "altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, proibindo ao Senado Federal realizar novo juízo de admissibilidade da acusação contra Presidente da República após sua admissão pela Câmara dos Deputados e criando nova hipótese de crime de responsabilidade pelos ministros do Supremo Tribunal Federal".

CÂMARA DOS DEPUTADOS

QUARTA-FEIRA

10h

- **Comissão de Minas e Energia**, para deliberar sobre o **PL 18/2023**, que "cria o Fundo de Compensação dos Combustíveis, dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo – GLP e dá outras providências" e o **PL 4023/2021**, que "dispõe sobre o atendimento prioritário ao mercado interno pela empresa que detenha participação majoritária na produção nacional de petróleo e estabelece que as respectivas vendas serão realizadas com desconto mínimo de 30% (trinta por cento) sobre os preços de referência no mercado internacional".

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- **Comissão de Finanças e Tributação**, para deliberar sobre o **PLP 65/2021**, que "altera a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre os Orçamentos Temáticos" e o **PLP 176/2019**, que "revoga o art. 13, § 1º, "g", 2, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para retirar a previsão legal de antecipação do recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS, sem encerramento da tributação, para empresas optantes pelo Simples Nacional".

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- **Comissão de Trabalho**, para deliberar sobre o **PL 6689/2013**, que "altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, para fixar o salário mínimo profissional do advogado privado".

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- **Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação**, para deliberar sobre o **PL 4719/2023**, que "dispõe sobre o incentivo ao desenvolvimento de inteligência artificial".

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- **Comissão de Desenvolvimento Econômico**, para apreciação do **PL 4966/2023**, que "prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback que tenham sido prorrogados por 1 (um) ano pela autoridade fiscal e que tenham termo em 2023", do **PL 4603/2023**, que "altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, para prever a obrigatoriedade de conteúdo nacional mínimo de bens e serviços nacionais nas contratações relacionadas a ações do Novo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC e de processo licitatório destinado exclusivamente a empresas brasileiras de capital nos empreendimentos vinculados ao Novo PAC" e do **PL 4003/2021**, que "altera as Leis nº 9.440, de 14 de março de 1997 e 9.826, de 23 de agosto de 1999 para determinar redução gradual de incentivos fiscais".

CÂMARA DOS DEPUTADOS

11h

- **Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça**, para apreciação do **PL 4154/2019**, que "altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Lei do Processo Administrativo Federal), para estabelecer a contagem de prazos em dias úteis e sua suspensão no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro" e do **PLP 29/2022**, que "dispõe sobre a contagem de prazo para pagamento de tributos".

CÂMARA DOS DEPUTADOS

14h

- **Comissão de Assuntos Econômicos**, para debater os impactos da Reforma Tributária no "Imposto Seletivo".
SENADO FEDERAL

14h30

- **CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas**, para a realização de oitivas (Andrei Augusto Passos Rodrigues).
SENADO FEDERAL

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

>>> *Veja os destaques do Congresso. Clique nos títulos para ler detalhes:*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Projeto inclui medidas de proteção de trabalhador contra IA na CLT
- Projeto obriga TCU a transmitir sessões ao vivo e guardar gravação por cinco anos

SENADO FEDERAL

- Congresso deve analisar regras de *bets* após eleições municipais
- Chega ao Congresso medida que prevê tributação de 15% para multinacionais
- Regulamentação da reforma tributária tem urgência retirada pelo Executivo

MAIS NOTÍCIAS

- STF recebe segunda ação contra Lei das *Bets* e prevê audiência pública
- Entidade antecipa proibição de cartão de crédito para pagar *bets*

Profissionais que aliam visão jurídica e visão de mercado



André Macedo de Oliveira



Giovani Menicucci